

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Stasiak, Ana Paula

S796 A agroecologia como alternativa frente à modernização da agricultura: um estudo de caso no município de Coronel Vivida. / Ana Paula Stasiak. – Francisco Beltrão, 2013.
242 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Roselí Alves dos Santos.
Dissertação(Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão.

1. Agroecologia - Coronel Vivida - Paraná. 2. Agricultura - Modernização. 3. Território. 4. Desenvolvimento rural I. Santos, Roselí Alves dos. II. Título.

CDD – 630.2745

CAPÍTULO 3. A AGROECOLOGIA NO SUDOESTE DO PARANÁ

3.1. A AGROECOLOGIA NO PARANÁ E NO SUDOESTE DO PARANÁ

Segundo a SEAB (2011), a década de 1980 caracterizou-se por iniciativas que visavam à implantação de uma agricultura alternativa de base ecológica no estado do Paraná.

Vários eventos em nível nacional e estadual, assim como a criação de programas e documentos, marcam a história da Agroecologia no Paraná. Um dos marcos ocorreu em 1981, em Curitiba, onde foi realizado o Primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) que discutia os problemas causados pela modernização da agricultura no país (SEAB, 2011).

O QUADRO 06 sintetiza os principais acontecimentos no estado do Paraná, em relação à agricultura alternativa.

Ano	Principais acontecimentos
1981	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) realizado em Curitiba – PR. • Trabalhos de extensão rural realizados pela ACARPA-EMATER em Agudos do Sul, considerou a agricultura orgânica e biodinâmica como estratégia de desenvolvimento local. • Fundação do Grupo de Estudos da Agricultura Ecológica (GEAE), por alguns alunos e professores da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).
1985	<ul style="list-style-type: none"> • Foi fundada a Cooperativa de Consumidores de Produtos Integrais (COOPERA) em Curitiba para aproximar consumidores e produtores; • Realizou-se, em Curitiba, o primeiro Congresso Brasileiro de Agricultura Biodinâmica, reunindo diversos setores governamentais, não-governamentais e produtores.
1989	<ul style="list-style-type: none"> • A partir da iniciativa da sociedade civil, iniciou-se o que hoje se conhece como Feira Verde de Produtos Orgânicos na região central de Curitiba.
1991	<ul style="list-style-type: none"> • Parte dos participantes do GEAE criou o Instituto Verde Vida de Desenvolvimento Rural (IVV), com sede em Curitiba, com os objetivos de prestar assessoria técnica a projetos de agricultura orgânica no Paraná e estimular políticas públicas por parte do Estado; • Com o incentivo do IVV, a Feira Verde foi oficialmente criada e obteve financiamento da SEAB/EMATER para a instalação de oito barracas que reuniam quinze famílias de agricultores;
1995	<ul style="list-style-type: none"> • A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Curitiba (SMAB) destinou à Feira Verde um local (Passeio Público) e dia específico (sábados pela manhã).
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do II Seminário Nacional da Agricultura Orgânica em Curitiba; • Criação do Conselho Estadual de Agricultura Orgânica do Paraná (órgão normativo, deliberativo e regulador da política agrícola orgânica) por iniciativa da sociedade civil e das instituições governamentais.
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Foi fundada, pela sociedade civil, a Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA), com o objetivo de divulgar os alimentos orgânicos e as práticas de alimentação saudável e de comércio justo e solidário para os consumidores.
2001	<ul style="list-style-type: none"> • Através dos movimentos sociais do campo e ONGs surgiu uma coalização política denominada Jornada da Agroecologia - Terra livre de Transgênico e Sem Agrotóxicos.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • A Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná inicia um programa de formação de técnico em Agroecologia em parceria com Movimentos Sociais, como a AOPA, ASSESOAR, MST e Via Campesina. • Programa Cultivando Água Boa, desenvolvido pela Itaipu Binacional, onde uma das linhas do programa contemplou a agricultura orgânica; • Foi criado o CPOrg-Pr (Comissão da Produção Orgânica no Estado do Paraná) colegiado estadual da Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg), que substituiu a CEAO.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Criou-se o Núcleo de Agroecologia da Escola Técnica, que coordena a formação de técnicos e tecnólogos em Agroecologia em parceria com as escolas dos movimentos, em Francisco Beltrão, São Miguel do Iguçu, Maringá, Cantagalo, Rio Bonito do Iguçu e Lapa; • O IAPAR criou o Programa de Pesquisa em Agroecologia (PAG); • A Secretaria do Estado da Educação (SEED) passa a ofertar o curso técnico em Agroecologia no Colégio Agrícola Getúlio Vargas localizado em Palmeiras-PR; • Início da Certificação de produtos orgânicos no Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).
2005	<ul style="list-style-type: none"> • A Embrapa Soja na cidade de Londrina criou o Núcleo de Agroecologia e Agricultura Familiar, que em 2008 passou a se denominar Núcleo de

	<p>Agroecologia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • A UFPR Setor Litoral criou o primeiro curso regular em Técnico em Agroecologia do Brasil; • Foi criado o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), para promover e divulgar ações de ensino, pesquisa e extensão de modelos agrícolas agroecológicos;
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), vinculado à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) representado pelo Projeto OrganicsBrasil para divulgação do mercado externo de orgânicos.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • A EMATER criou um Grupo de Estudo e Trabalho em Agroecologia, composto por 17 técnicos; • Acreditação internacional da IFOAM, recebida pelo TECPAR; • Oferta de curso técnico em Agropecuária com enfoque na produção orgânica e/ou agroecológica no Centro Estadual de Educação Profissional Newton Freire Maia, em Pinhais – Pr.
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Início do curso Técnico em Agroecologia nas Casas Familiares Rurais (CFRs) de São Mateus do Sul e Pinhão, hoje estendidas para a CFR de São Jorge do Oeste e no Colégio Agrícola de Palmeiras; • O Departamento de Educação e Trabalho institui na matriz curricular do curso técnico das 18 escolas agrícolas, mantidas pela SEED, a disciplina Fundamentos de Agroecologia; • A UFPR Setor Litoral encerra as atividades do curso técnico em Agroecologia, que é substituído pelo curso superior de Tecnologia em Agroecologia.
2009	<ul style="list-style-type: none"> • A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por meio da TECPAR e de oito instituições de ensino superior do estado, lançou o “Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos”, voltado aos pequenos produtores rurais; • Primeiro Mercado Municipal de Produtos Orgânicos do Brasil, na cidade de Curitiba; • Realizado em Curitiba, o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e II Congresso Latino-Americano de Agroecologia (CLA).
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Realizada, em Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná a IX Jornada de Agroecologia, com o tema: “Cuidando a terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar”.

QUADRO 06 - Breve Histórico sobre os principais acontecimentos que envolvem a agricultura alternativa no Paraná

Fonte: Elaborado por Stasiak com base nos dados do Documento-Base para o Programa Paraná Agroecológico, SEAB (2011)

Ao se analisar esse quadro, pode-se fazer algumas considerações em relação ao movimento em prol de uma agricultura alternativa. Uma delas é que, ao mesmo tempo em que os padrões tecnológicos da Revolução Verde consolidavam-se em parte significativa do estado paranaense, surgia, concomitantemente, movimentos sociais do campo que questionam a eficácia do novo padrão produtivo que vinha se firmando.

De acordo com os dados apresentados pela SEAB (2011), a década de 1980 marca um movimento mais amplo em busca de uma alternativa em relação à agricultura moderna. Esse movimento caracteriza-se principalmente por ações desenvolvidas por ONGs, representadas pela sociedade civil e a comunidade acadêmica apoiada, de certa forma, pelo Estado. O primeiro Encontro Brasileiro de

Agricultura Alternativa, realizado em 1981, representou uma das primeiras manifestações contra o modelo imposto pela modernização da agricultura brasileira.

A década de 1970 e 1980, como observado no QUADRO 01 do primeiro capítulo, caracterizou-se por encontros e eventos internacionais que questionam a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico. A década de 1980 também foi marcada pelo surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Observou-se que a preocupação ambiental da época englobou as questões relacionadas à agricultura e se propagou no território brasileiro.

De acordo com Ehlers (1999), o EBAA foi organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil, pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e pelo Grupo de Agricultura Alternativa de São Paulo. O autor afirma que o encontro ocorreu no estado do Paraná, recebendo o apoio por parte da Secretaria da Agricultura através do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), que passou a pesquisar e divulgar práticas direcionadas à racionalidade do uso dos recursos naturais.

No estado do Paraná, os acontecimentos e movimentos em favor de uma agricultura alternativa, durante as décadas de 1980 e 1990, envolveram três encontros em nível nacional, que englobavam as primeiras manifestações contra a agricultura convencional no Brasil. Além disso, essas duas décadas caracterizaram-se por ações centralizadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Já a década de 2000 é caracterizada pela descentralização das ações governamentais e não-governamentais. Nessa década, destacaram-se as ações voltadas à formação e qualificação profissional na área da Agroecologia, com o surgimento de cursos técnicos e superiores que visam à formação de um profissional cujo trabalho esteja articulado aos princípios da Agroecologia.

Além da dimensão técnica, a ampliação da participação de diferentes segmentos da sociedade civil organizada, como as universidades, revelam a expansão em direção à dimensão cultural e política da Agroecologia.

Essas ações que objetivam a formação de profissionais com um novo perfil são importantes para a constituição de uma agricultura alternativa. No entanto, o que é perceptível, é que são casos isolados, ainda precisam se fortalecer para potencializarem uma mudança no processo produtivo.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no modelo dominante é caracterizada pelo repasse de conhecimento e principalmente de convencimento do uso do pacote tecnológico. Esse fato revela a não valorização dos saberes locais, que é oposto aos princípios da Agroecologia.

Muitas relações de poder não permitem que aconteçam mudanças estruturais no processo produtivo. Mesmo que o Estado promova ações isoladas, através da formação agroecológica de alguns profissionais, o que predomina é a formação de profissionais convencionais que trabalham a favor de uma ordem estabelecida pelas empresas capitalistas e mantidas pelo Estado.

Isso é visível nas formas de financiamentos destinados à produção de monoculturas cuja produção exige o consumo de insumos químicos e agrotóxicos. Isso sinaliza uma política desenvolvimentista que visa ao crescimento econômico, acima dos problemas ambientais e sociais gerados por esse processo produtivo. Outro exemplo é a legalização dos transgênicos por parte do Estado. Este ato acaba beneficiando as empresas multinacionais em detrimento do saber popular efetivando-se uma expropriação dos sujeitos do campo.

O fortalecimento de movimentos sociais e de entidades que promovam ações direcionadas para um processo de desenvolvimento rural diferenciado, baseadas na agricultura familiar, é importante para a mudança dessa realidade.

A pequena produção familiar de subsistência, com a produção de policulturas, está se tornando cada vez mais rara. O agronegócio vem penetrando na agricultura familiar, assim como na agricultura empresarial. No entanto, como foi destacada anteriormente, esta não é a melhor opção para uma parcela da agricultura familiar. Ela perde sua autonomia produtiva frente às grandes empresas monopolizadoras de tecnologias (sementes modificadas, agrotóxicos, adubos e fertilizantes químicos) que cada vez mais exploram o agricultor através da artificialização daquilo que deveria ser natural e cultural – a agricultura.

A perspectiva da Agroecologia, fortalecida e preconizada pelos movimentos sociais, fornece subsídios para a permanência e auto subsistência do agricultor familiar no meio rural, estabelecendo teoricamente condições de produção baseada em princípios que visam à equidade social, conservação do meio ambiente e subsistência econômica, além de fornecer para os consumidores uma alimentação saudável. A ocorrência de formas alternativas de agricultura como a Agroecologia

demonstram a possibilidade do estabelecimento de uma agricultura mais sustentável frente ao processo de modernização.

Segundo estudos realizados pelo IAPAR (2007), a agricultura familiar possui uma potencialidade social para a prática da agricultura orgânica. Entre as peculiaridades destacadas no documento estão: a centralização da gestão da produção e do trabalho na família diminuindo os custos com gestão e mão-de-obra; a propriedade familiar é tanto um espaço de produção como um espaço de vivência que facilita a incorporação dos princípios ecológicos para a preservação dos recursos naturais; o conhecimento detalhado dos diversos ambientes da propriedade para o desenho de sistemas produtivos; a pequena propriedade se adapta melhor à agricultura orgânica devido a sua complexidade; a diversificação da produção e a utilização de insumos internos; e a habilidade de observação e experimentação da agricultura familiar.

Segundo IAPAR (2007), o Paraná possui aproximadamente quatro mil produtores orgânicos, sendo que, cerca de 1.200 deles tem como principal grupo de cultura as hortaliças. A produção de orgânicos concentra-se em sua maioria em propriedades familiares que não ultrapassam três hectares.

Assim como o restante do Paraná, a mesorregião sudoeste paranaense passou por um processo de colonização que privilegiou a pequena propriedade e a produção camponesa e familiar. Como foi exposto no segundo capítulo, o sudoeste paranaense apresenta 88,9% de estabelecimentos familiares demonstrando que é ele um território propício para implantação de agriculturas alternativas.

No entanto, contraditoriamente, o sudoeste do Paraná, rico na organização política e na defesa da agricultura familiar, tem, desde a década de 1970, enfrentado um embate para manter a população no campo. Esta região, conforme Santos, R. (2008), teve sua ocupação baseada em três fases:

A primeira demonstra ser um processo mais livre de expansão, sem a preocupação com a propriedade da terra, centrada na ocupação, efetivada pelos índios e caboclos que vivem na atual área do sudoeste do Paraná. A segunda fase ocorre por volta da década de 1940, com a chegada dos migrantes vindos, especialmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e da instalação de companhias colonizadoras que têm por objetivos: a propriedade da terra, o enriquecimento e, a estruturação da vida em patamares diferentes dos primeiros habitantes. A terceira fase decorre do processo de *modernização* da agricultura, que se instaura no Sudoeste, em um território, baseado em pequena propriedade familiar, em pequenas

idades, na policultura, e com fortes traços culturais e étnicos trazidos pelos migrantes *gaúcho*se catarinenses (SANTOS, 2008a, p. 37-38)

O processo de formação do território sudoestino caracterizou-se pela organização social e conquistas de movimentos sociais. Segundo Santos, R. (2008), a população do sudoeste caracterizava-se por colonos e caboclos sem título de propriedade da terra, ou seja, era uma população constituída por posseiros.

Justamente, decorrente desta condição de posseiros de um lado, e das Companhias de Colonização de outro, que se verificou, em 1957, um momento histórico na luta pelo direito à terra e à propriedade privada. Este marco conhecido como Revolta dos Posseiros que se organizou na disputa armada entre as Companhias, em especial a CITLA, os colonos e os comerciantes que, a priori, ocupavam a região desde a década de 1940, constituindo um território predominante da agricultura familiar.

De acordo com Santos, R. (2008), o território do sudoeste paranaense é resultado de movimentos sociais e da predominância de uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades configurada a partir da ação do Estado, com a criação do GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), em 1962.

Segundo Santos, R. (2008), a vitória dos posseiros sobre a CITLA deu-lhes o direito de posse da terra. No entanto, segundo a autora a presença do Estado, através do GETSOP, mantém uma estrutura desigual na distribuição de terras, pois, após a revolta dos posseiros não ocorre uma redistribuição de terras, mas a regularização de quem já detém a posse “resultando em uma estrutura fundiária com centenas de proprietários com poucos hectares e dezenas com grandes áreas de terras”(SANTOS, R., 2008. p. 51)

De acordo com a autora, apesar de sua colonização, baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, o sudoeste paranaense, a partir da década de 1960, é influenciado pelo processo de modernização da agricultura que se inicia no país, e esse processo se consolidou na região na década de 1980.

Segundo Santos, R. (2008), embora o sudoeste paranaense não apresente condições naturais propícias para a mecanização da agricultura devido a predominância de relevos com declividades entre 25% e 50%, esse fato não se constituiu como impedimento para o processo de modernização. O que se verifica,

segundo Santos, R. (2008), é a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde de forma integral nas áreas mais planas e de forma parcial nas áreas com maior declividade.

Santos, R. (2008), afirma que as ações realizadas pelo sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), especialmente com a instalação da sede da ACARPA/EMATER, em 1968 na região, promoveram a divulgação do pacote tecnológico da Revolução Verde no local e a propaganda da soja como uma fonte de alimento rico e capaz de melhorar as condições de desenvolvimento da região.

O sudoeste do Paraná tem sua ocupação efetiva a partir de 1940, baseada em uma agricultura familiar. O pacote tecnológico é introduzido com maior vigor na década de 1970, especialmente após 1975. A partir de 1980, com o estabelecimento da expansão horizontal da agricultura e com a diminuição de financiamentos do Estado para a atividade agrícola, observa-se uma desaceleração no ritmo da *modernização* técnica. Entretanto, uma nova forma de produzir é implantada. Considerada moderna, articulada a uma rede que envolve mais tecnologias e atrelada a um sistema de informações e a uma estrutura técnica científica de abrangência global. Essa forma é implantada paralela à outra, que é rudimentar, com uma estrutura de rede mais local, explorando as trocas de serviços, de sementes e de informações nas organizações próximas (SANTOS, R., 2008, p. 223-224).

O sudoeste paranaense passou por um processo de modernização da agricultura incentivado pelo Estado, através de mecanismos como o crédito rural e ATER, direcionada para a implantação do pacote da Revolução Verde. A aquisição do pacote tecnológico da referida revolução é vista como condição para o desenvolvimento do sudoeste paranaense.

Apesar de apresentar características específicas, como a predominância de relevos acidentados e de pequenas propriedades rurais e familiares, segundo Santos, R. (2008), o sudoeste apresenta uma agricultura baseada nas técnicas da Revolução Verde, assim como, conserva traços de uma agricultura tradicional composta pela cultura trazida pelos colonos da região.

A predominância da agricultura convencional pode ser verificada ao se analisar os dados do IBGE, que demonstram que 68% dos estabelecimentos familiares e 65% dos estabelecimentos não-familiares utilizavam agrotóxicos na produção em 2006.

Já a produção orgânica ou agroecológica apresenta-se com menor proporção na mesorregião. A TABELA 02 mostra os principais produtos orgânicos da região comparando-os com a produção do Estado paranaense, além da quantidade e área plantada.

TABELA 02 - Números de produtores, produção, área média e participação da produção dos principais produtos orgânicos da grade região Sudoeste do Paraná - safra 2003/2004

Principais Produtos	Número de produtores	Área média (ha)	Produção do Sudoeste (t) A	Produção do Paraná (t) B	Participação do Sudoeste/Paraná B/A (%)
Soja	341	6,3	3.979	9.295	42,8
Cana-de-açúcar (açúcar mascavo)	46	1,2	2.520	19.486	12,9
Mandioca	38	2,2	1.770	8.721	20,2
Frutas	57	0,7	752	7.752	9,7
Hortaliças	119	0,6	577	12.244	4,7
Milho	107	1,4	551	2.848	19,3
TOTAL GERAL	741	3,6	10.290	66.256	15,5

FONTE: IAPAR/IPARDES 2007

Na safra de 2003/2004 a produção de soja orgânica tinha destaque tanto no número de produtores, na área plantada como no percentual em relação ao estado paranaense. Também se destacava o número de produtores de hortaliças e milho orgânico na região.

No entanto, percebe-se na presente pesquisa que a agricultura tradicional e os saberes locais vêm se perdendo com o processo de modernização da agricultura. Além disso, privilegia-se uma ATER voltada para a disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde. A agricultura agroecológica, apesar de existir na região, apresenta-se como exceção, é preconizada por entidades não-governamentais que atuam através de projetos e ações que visam resgatar, ou criar, formas de produzir sustentavelmente.

Não obstante, a agricultura alternativa enfrenta muitas dificuldades por não receber o apoio político necessário para a sua expansão. Uma das evidências é a falta de uma assistência técnica especializada que oriente os agricultores na produção agroecológica. Isso é visível nos dados do IBGE.

TABELA 03 - Número total de estabelecimentos com agricultura orgânica e certificados com assistência técnica

Assistência técnica	Paraná		Sudoeste		Coronel Vivida	
	Total	Certificados	Total	Certificados	Total	Certificados
Produtores orgânicos						
Total	7.528	909	978	264	13	09
Ocasionalmente	1.347	250	202	72	06	04
Regularmente	1.206	396	226	135	04	03
Não recebeu	4.975	263	550	57	03	01

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006)

O Sudoeste paranaense, segundo dados do IBGE, no ano de 2006, possuía 978 estabelecimentos que praticavam agricultura orgânica, representando 2% do total de estabelecimentos da mesorregião, sendo 264 certificados por entidades credenciadas.

Em relação à assistência técnica, 56% do total de estabelecimentos que praticam agricultura orgânica não receberam assistência técnica e apenas 23% recebiam assistência regularmente. Porém, entre os agricultores orgânicos certificados os dados se invertem, pois 21% desses não receberam assistência técnica e 51% recebiam assistência regularmente.

Observa-se, pelos dados apresentados, que a agricultura orgânica é pouco expressiva no sudoeste do Paraná, apresentando uma assistência técnica ínfima para atender às demandas dos agricultores que dela necessitam.

No caso do município de Coronel Vivida, constata-se uma redução do número de estabelecimentos que praticam a agricultura orgânica ou agroecológica. No ano de 2006, segundo o censo agropecuário, existiam 13 estabelecimentos que praticavam a agricultura orgânica, número que correspondia a 0,7% do total de estabelecimentos do município sendo nove deles certificados por entidades credenciadas e, em 2013, esse número foi reduzido para três.

Em relação à assistência técnica, três agricultores do total, em 2006, não recebiam assistência técnica e quatro a recebiam regularmente. Pode-se registrar, na pesquisa de campo, que um dos fatores que fizeram com que parte dos agricultores do município abandonasse a prática orgânica foi a falta de uma assistência técnica eficiente.

Dessa forma, a ATER, desenvolvida principalmente pelos organismos governamentais, não é suficiente para dar suporte a uma agricultura alternativa na região. Como foi abordada no segundo capítulo, a extensão rural agroecológica deve ser diferenciada, pois a mesma deve proporcionar ao agricultor a compreensão dos agroecossistemas locais, tanto nos aspectos naturais como nos sociais. A extensão rural agroecológica deve ser participativa e educadora, como afirma Caporal (2007), onde os sujeitos do processo buscam o conhecimento para agir sobre a realidade.

Porquanto, presencia-se um sistema que predomina a formação de profissionais direcionados para a agricultura convencional. Assim, a perspectiva agroecológica é disseminada, muitas vezes, por entidades não-governamentais, além de organizações e movimentos sociais, de forma mais restrita, por entidades governamentais.

No território do Sudoeste paranaense é visível a atuação de entidades não-governamentais, como é o caso da ASSESOAR e do Centro Paranaense de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). No QUADRO 07 apresentam-se algumas entidades de apoio à agricultura orgânica/agroecológica no sudoeste do Paraná. Nesse quadro o IAPAR/IPARDES destaca a forma de atuação das entidades, além de destacar as restrições e dificuldades encontradas na produção orgânica e as oportunidades que a entidade proporciona para os agricultores.

Esses dois últimos itens vêm de encontro com a presente proposta de avaliar as maiores dificuldades na territorialização da Agroecologia no município de Coronel Vivida – PR.

ENTIDADES	ATIVIDADES	RESTRIÇÕES	OPORTUNIDADES
<p>Centro Paranaense de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) – Marechal Cândido Rondon e Verê</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalha a produção e a comercialização de forma associativa, solidária e agroecológica. -Atua em oito municípios da região Oeste. -Apoio à ACEMPRE – Associação Central dos Produtores Rurais Agroecológicos – Mal. Cândido Rondon, que comercializa produtos (olerícolas, frutas e produtos de origem animal) dos associados. - Apoio à APAVE – Associação dos produtores Agroecológicos de Verê, que comercializa produtos (Hortaliças, frutas, e produtos de origem animal) dos produtores assistidos pelo CAPA. -Incentivo ao agricultor para agroindustrializar os produtos com o objetivo de agregar valor (geléias, doces, biscoitos, queijos, etc.). - Parcerias: entidades públicas – municipal e estadual, sindicatos, universidades, MDA, entre outras. - Participação na elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. -Participa da Rede Ecovida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Irregularidade na produção. -Falta de critério da classificação dos produtos pelo mercado comprador. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Associação é uma oportunidade de comercialização para o produtor. -Fortalecimento do Programa Fome Zero.
<p>Rede Ecovida de Agroecologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Através de grupos de pessoas, a Rede procura organizar e consolidar a agricultura familiar. - Atua nos três estados do sul. -Desenvolve iniciativas em agroecologia. - Promove o desenvolvimento de associações. 	<ul style="list-style-type: none"> -A população ainda não está esclarecida sobre as diferenças entre produtos orgânicos/agroecológicos e convencionais. -Faltam pontos de venda (não naquele mercado convencional, mas principalmente locais como feiras, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> -Conscientização de parcela da população quanto os benefícios de consumir produtos orgânicos ou agroecológicos. - A preocupação das pessoas com relação à saúde tem favorecido ao desenvolvimento da agricultura orgânica/agroecológica.

<p>Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - São 380 associados no sudoeste paranaense. - Em 2006, a prioridade é a formação de filhos de agricultores, com enfoque em todas as dimensões: cultural, produção e vida. É uma formação de referência, envolvendo o produtor no processo de construção. - Parcerias: CAPA, DESER, Sindicatos de Trabalhadores, FETRAF, entidades de articulação (MST, Via Campesina, MAS, MPA, MMC). Utiliza-se da pedagogia da Terra para Assentados – PRONERA. - Participa da Rede Ecovida. - Atualmente não presta assistência técnica aos agricultores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta crédito diferenciado - Não há legislação própria para produção e comercialização. - É necessária maior infraestrutura no meio rural. - Burocracia nos processos de licitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento do mercado Institucional. - O modelo da produção orgânica poderá ser a mudança da matriz tecnológica. - Criação de alternativas de comercialização (Canais alternativos, mercado justo).
<p>Cooperativa Central CRESOL Baser</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelece e fomenta as relações de parcerias tanto com a organização da agricultura familiar como com instituições públicas e privadas. - Orienta e monitora o produtor e realiza o controle e avaliação dos projetos financiados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Problemas de acesso a mercados (regularidade de vários produtos, falta de organização de entidades de agricultores). - Sistema bancário elitizado e pouco capitalizado para ações locais em nível do crédito agroecológico. - Necessidade de serviço de ATER efetivo para a agroecologia. A ATER estatal ocupa-se de programas governamentais (está engessada com outras funções, como, por exemplo, efetivar o PRONAF em muitos municípios). - A ATER não-governamental possui pouca estrutura (humana e infraestrutura). - Aspectos tecnológicos principalmente relacionados à penosidade de trabalho (a agricultura convencional tem larga vantagem, comparada à agroecológica). - Faltam pesquisas e tecnologias que potencializem trabalhos e produtos no sistema agroecológico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Em função do momento difícil pelo qual atravessa a agricultura (estiagem, alta dos preços de insumos, queda nos preços dos produtos agrícolas, endividamento pelos modelos de financiamentos tradicionais), a agricultura orgânica seria fundamental para a sustentabilidade desses agricultores. - Necessidade de aproximar os financiamentos às propostas agroecológicas. Alguns avanços na área do crédito já são vistos, apresentando bons resultados. - Organização dos segmentos sociais, a exemplo das cooperativas e associações de pequenos produtores, na área da produção e comercialização. - os mercados consumidores estão consolidando a necessidade de produtos saudáveis, embora nas pequenas cidades isto seja mais difícil.

<p>PROCAXIAS- Localizado em Quedas do Iguaçu, foi implantado em 1999, através de uma associação de municípios da região centro-sul paranaense: São Jorge d'Oeste, Capitão Leonidas Marques, Três Barras do Paraná, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Vista d'Aparecida, Boa Esperança, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e Quedas do Iguaçu</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Principais produtos desenvolvidos- plantas medicinais, banana-passa, soja, hortaliças e frutas. - Na área do assentamento a ONG WWF – Brasil tem prestado serviço visando ao desenvolvimento agroecológico e ambiental e à capacitação técnica de produtores. - Tem recebido apoio institucional de prefeituras e do SEBRAE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta assistência técnica. - Falta crédito para os agricultores 	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado de orgânicos em crescimento. - Venda através do PAA.
--	--	--	---

QUADRO 07 - Principais entidades de apoio à agricultura orgânica/agroecológica no sudoeste do Paraná

Fonte: Adaptado de IPARDES E IAPAR (2007)